

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Sessão Ordinária nº 12
de 28 - 09 - 2019

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António Manuel Domingues	1º Secretário	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	José Luís Douteiro	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Agostinho Alves	P
Manuela Maria Cortes Lobato	P	Estrela Rodrigues b)	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P	José da Ascensão Afonso	F
Carla Maria esteves Lima	P	Alfredo Domingues	F
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	P	Ricardo Jorge Alves	P
Carla Sofia de Abreu	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	P		
Aurora Soares Alves a)	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P		
António Manuel Vieira	F		
Paulo Jorge Azevedo	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Pedro João Mendes de Sousa e Silva
b) Substitui Amado Dias

Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: António Manuel Vieira, Alfredo Domingues e José da Ascensão Afonso.

A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião de 29 de junho. Interveio o deputado José Albano Domingues para propor algumas correções à mesma, nomeadamente:

Assunto nº 94 - 2ª página (da Ata) - último parágrafo: onde consta “vinculada” deverá passar a constar “veiculada”.

Assunto nº 98 – 10ª página (da Ata) – menção a introduzir após o 4º parágrafo: “O deputado municipal José Albano Domingues lembrou ao deputado Maximiano Gonçalves a diferença que existe entre “queimas” e “queimadas”, apenas estas últimas carecendo de autorização da autarquia local, ao passo que as primeiras, quando realizadas fora do período crítico, apenas carecem de comunicação prévia”.

Assunto nº 102 – 14ª página – adicionar, no final do último parágrafo: “... e que se deveria aproveitar as mais-valias geradas com a entrega dos transportes a quem esteja vocacionado para a atividade transportadora, para reforçar as verbas a entregar às Juntas de Freguesia em questão”.

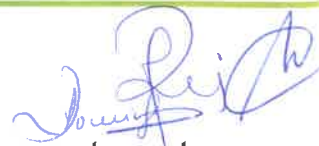
Já com as alterações propostas pelo Deputado José Albano Domingues a **Ata foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes na referida reunião.**

Assunto nº 107	Período de “Antes da Ordem do Dia”.
-----------------------	--

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra.

Iniciou as intervenções o deputado Paulo Cerdeira começando por felicitar o novo Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, bem como o deputado municipal Manuel Luís Gonçalves e outros melgacenses que integram as listas de deputados às próximas eleições legislativas. Referiu-se, de seguida, ao bom funcionamento da nova ETAR da Zona Industrial de Penso que, com a sua entrada em funcionamento deu nova oportunidade para o escoamento e tratamento de resíduos, nomeadamente os das adegas. Terminou a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara Municipal sobre qual o ponto da situação em relação às Termas do Peso.

Interveio de seguida o deputado Diogo Castro para felicitar o executivo pela realização do Granfondo, que orgulhou os Melgacenses pela excelente organização reconhecida por todos. Salientou, também, a vinda até Melgaço da seleção nacional de futebol de Sub 19 e consequente jogo que se realizou no Centro de Estágios. Segundo o deputado são cada vez mais os acontecimentos desportivos que se



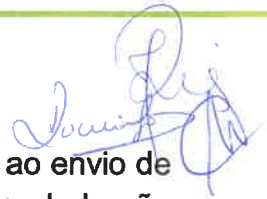
realizam no concelho atraindo grande número de participantes e consequentemente visitantes.

Iniciou depois a intervenção o deputado Manuel António Fernandes que começou por referir que se estão a gastar centenas de milhares de euros em festas e não se está a fazer nada em relação à segurança rodoviária. Os seus alertas não têm sido tidos em conta e já houve mais um acidente, com vítimas a lamentar. No local em causa não existiam rails de proteção, o que ajudou à gravidade do acidente, referindo, ainda, que se fosse presidente da câmara e houvesse um caso desta natureza, ficaria moralmente marcado para o resto da vida. Referiu-se, depois, ao comunicado emitido pela empresa AVIC e ao fim das carreiras públicas, que se deve à transferência dos alunos para circuitos especiais e também à falta de gente no concelho, pois apenas há pessoas ao domingo, o que, segundo o deputado, não chega. Na sua opinião, a curto prazo, Melgaço será apenas mais uma freguesia do concelho de Monção, porque cada vez há menos gente e não será com festas e com gente ao fim de semana que haverá desenvolvimento no concelho. Tal, apenas dará uma pequena alavanca ao setor da restauração. O Deputado abordou, depois, a obra da rua da Fonte da Vila referindo que o prazo de execução da obra que era de 245 dias está a chegar ao fim e a obra ainda nem sequer está a 50% da sua conclusão, questionando quais as penalizações para as empresas envolvidas nas obras. Finalmente referiu que embora a documentação para a reunião tenha chegado dentro dos prazos é impossível, para quem trabalha, ler e analisar todos os documentos em tempo útil. Os documentos deveriam por isso ser enviados com mais antecedência, pelo menos junto com a respetiva convocatória.

Interveio a Presidente da Assembleia Municipal para referir que os documentos foram enviados dentro do prazo previsto na Lei e frisando que tem tido a preocupação de, sempre que possível, enviar com maior antecedência a documentação, mas pelo menos cumprindo sempre o prazo legal.

Foi, depois, dada a palavra à Deputada Manuela Lobato que começou por referir que quando se está a falar sobre a implantação na nova Zona Empresarial de Alvaredo torna-se imperioso olhar, também, para o que acontece na atual Zona Industrial de Penso, onde, como se sabe, no passado mês de agosto, fechou mais uma empresa, uma empresa ali instalada há 19 anos, questionando a Câmara sobre o que foi feito em relação ao acontecido. Referiu-se depois à questão da higienização dos caixotes do lixo, já que se verifica que embora tenham o autocolante referindo que a higienização foi feita, constata-se que a maioria dos caixotes continua sem limpeza. Ainda neste setor referiu-se à falta de caixotes do lixo em algumas zonas do concelho. Finalmente a Deputada solicitou que fosse feito um pequeno balanço sobre o arranque do ano letivo, nomeadamente em termos de transportes escolares e de colocação de pessoal não docente, nomeadamente em relação ao concurso de pessoal que ainda está a decorrer.

De seguida usou da palavra o Deputado Jorge Ribeiro que começou por se referir à intervenção do deputado Paulo Cerdeira para afirmar que efetivamente é importante o funcionamento da nova ETAR mas que a mesma, em alguns dias,



provoca cheiros intensos e desagradáveis. O deputado referiu-se depois ao envio de documentação para as reuniões de Câmara e Assembleia sugerindo que, dado não existir obrigatoriedade de enviar toda a documentação em simultâneo fosse a mesma enviada à medida que estivesse pronta, já que assim proporcionaria maior tempo de análise. Referiu-se, depois, ao Portal Base.Gov, para informar que os documentos disponibilizados no mesmo, pelo Município, não estão completos, já que se encontram em falta diversos anexos o que não permite uma análise completa, contrariando o estipulado no Art.º96 do Decreto – Lei n.º 18/2008. Finalmente solicitou à Presidente da Assembleia Municipal que, usando as suas competências legais, requeresse à Câmara Municipal o envio, por escrito e na íntegra, de todos os contratos referentes à atual legislatura.

Interveio, de seguida, o Deputado José Albano Domingues que iniciou a sua intervenção referindo que espera que o afirmado pelo deputado Manuel Fernandes, relativamente a Melgaço vir a ser uma freguesia de Monção, não venha a ser uma inevitabilidade, porque não gostaria que tal pudesse vir a acontecer. Regozijou – se, também, com os eventos que aconteceram em Melgaço, referidos pelo Deputado Diogo Castro, sugerindo apenas que em próximos eventos se tentem evitar os constrangimentos de trânsito.

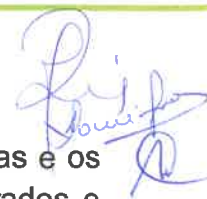
De seguida o Deputado referiu-se ao Concurso para preenchimento de 10 lugares de assistentes operacionais afirmando: “Reportamo-nos à situação das assistentes operacionais que vem exercendo, desde há mais de 10, 15, e mesmo 20 anos, as funções de acompanhamento dos alunos no pré-escolar e primeiro ciclo, nomeadamente nos tempos livres, nas Atividades de Enriquecimento Curricular, no apoio ao refeitório e nos transportes escolares, usualmente conhecidas por “Tarefeiras”.

Tratam-se de pessoas que a Câmara de Melgaço vinha contratando, no todo ou em parte, ao abrigo dos chamados “recibos verdes”, como prestadoras de serviços, mas de uma forma não legal ou regulamentar, porquanto, na realidade, estamos perante trabalhadoras por conta de outrem, que deveriam ter sido contratadas ao abrigo do regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, e a tempo parcial (por não terem um horário completo).

E estamos a falar destas pessoas porque tivemos conhecimento de terem concorrido para o exercício das mesmas funções que desde há anos vinham exercendo, e para vinculação à função pública, mas terem sido dadas como reprovadas nos chamados testes psicotécnicos.

Estamos a falar destas pessoas porque se trata de profissionais de vasta experiência, acumulada ao longo dos anos, que granjearam a simpatia, a empatia, e o reconhecimento dos alunos e dos encarregados de educação, pela forma profissional, abnegada, e empenhada, como, desde sempre, se souberam dedicar e desempenhar as atribuições ou incumbências que lhe foram confiadas;

Que até frequentaram ações de formação para, de uma forma melhor preparada, poderem desempenhar tais funções;



Que foram criando fortes laços de afetividade e cumplicidade com as crianças e os encarregados de educação, os quais se vêm, agora, definitivamente quebrados e perdidos.

Lamentamos, profundamente, ver esse capital, de experiência acumulada, e formativa, perdido.

E deixamos ao Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, a seguinte questão ou questões: Como é possível que tais pessoas (agora não aprovadas nos tais testes psicotécnicos, com toda a dose de subjetividade e relatividade que não pode deixar de se lhe reconhecer, quer na fixação dos critérios de avaliação quer na apreciação valorativa) tenham sido consideradas aptas e capazes, ao nível físico e ao nível psicológico, durante anos, ou mesmo décadas, sem que nunca se lhe tenha apontado qualquer falha ou anomalia a esse nível, e agora, de uma hora para a outra, tenham deixado de o ser? Ou será que o Executivo camarário terá andado, durante anos a fio, a contratar pessoas sem capacidade ou sem o perfil necessário para o desempenho de tais funções junto dos alunos?"

Finalmente o Deputado abordou o assunto relativo aos Transportes Terrestre de alunos em circuitos especiais, para o ano letivo 2019/2020, afirmando: "Tem-nos sido reportadas muitas queixas dos pais e encarregados de educação com relação à forma como estão a ser realizados os transportes dos alunos para as escolas e no regresso às suas casas, o que alguns pais adjetivam como um verdadeiro caos, e o que, para nós, traduz, no mínimo, situações que reputamos de verdadeiramente gravíssimas e preocupantes.

Realçamos, desde logo, que nada nos move contra a empresa, ou empresas, que tenham sido as vencedoras do concurso, cuja identificação, de resto, até desconhecemos.

Queixas porque não estarão a ser assegurados os horários de recolha e de entrega dos alunos, nem a regularidade do serviço que vem pressuposta no caderno de encargos do concurso, existindo circuitos, como é o caso do de Castro Laboreiro, em que as crianças chegam a casa às 19:30 horas;

Queixas, porque nos informam, que há mais do que um circuito a ser assegurado, no mesmo período do dia (seja de manhã seja de tarde) pela mesma viatura automóvel, o que implica que as crianças de um dos circuitos tenham de aguardar, durante mais de 15, 20 ou 30 minutos, o regresso da viatura que assegurou o circuito anterior para poderem ser transportadas;

Queixas porque nos dizem que, para os atrasos não serem ainda maiores, as viaturas são conduzidas com velocidades excessivas;

Queixas, inclusive, de viaturas sobrelotadas; e queixas porque nos dão conta de que haverá circuitos (e damos como exemplo o Circuito nº 5, para o Centro Escolar de Pomares, cujo nível de ensino, como todos sabemos, não ultrapassa o 4º ano) com 8 crianças, com idades inferiores aos 12 anos, ou altura inferior a 1,35 metros, a ser transportadas em viaturas de 9 lugares, o que implica que haja crianças a ser transportadas nos bancos dianteiros, em prejuízo da sua segurança e em contravenção ao disposto no Código da Estrada.



Atente-se em que estamos a falar das nossas crianças, que são os filhos dos filhos desta nossa terra, e cremos todos estarem de acordo em que com as crianças todos os cuidados são poucos.

Gostaríamos, pois, de saber: (1) se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento destas situações; (2). Se sim, se as mesmas correspondem ou não, no todo ou em parte, à verdade; (3) E se, correspondendo, no todo ou em parte, à verdade, o que é que está a ser feito para resolver estes problemas no imediato.

Finalmente, e porque todos nós, enquanto contribuintes, acabamos por pagar estes custos, perguntámos se, sendo o critério de adjudicação dos vários circuitos ou lotes, de acordo com o consignado no concurso, o do preço mais baixo, ou da proposta economicamente mais vantajosa, é ou não verdade que tenham sido preteridos concorrentes que, para lotes, ou conjuntos ou combinações de lotes, tenham apresentado a proposta com o preço mais baixo?

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por agradecer a intervenção do deputado Paulo Cerdeira sobre a nova ETAR da Zona Industrial, reafirmando que foi um excelente investimento e que veio permitir também fazer o tratamento dos resíduos de produção de vinho. A ETAR está a funcionar muito bem. Em relação aos cheiros pontualmente libertados, têm sido provocados pela quantidade de resíduos chegados à ETAR, principalmente na época vinícola. Relativamente à questão das Termas e depois da operação de arranque que aconteceu na última assembleia, a empresa responsável está a trabalhar de forma gradual. Primeiro com a limpeza do espaço, depois com a abertura do bar e brevemente terá a fonte principal também aberta, já que as análises relativamente à água tal permitem. Neste momento existe um conjunto de outros dinamismos que estão a acontecer à volta das Termas e que já são notícia, primeiro um evento, que se chama “Nature Melgaço”, que será lançado pela empresa responsável pelas Termas. No fim-de-semana seguinte as Termas acolherão um evento relacionado com o vinho que será o Wine Spirit, na sua 2ª edição, um evento de interesse mundial e que trará até Melgaço vinhos de diversos países do mundo e de seguida decorrerá outro evento que será a celebração dos 25 anos da Adega Quintas de Melgaço. Paralelamente está em preparação a próxima época balnear, estando a empresa a equacionar e a preparar um conjunto de investimentos, principalmente na área energética, que permitirá a abertura já nos próximos meses de maio ou julho. Está assim a ser um trabalho gradual que possa dar algumas garantias para o futuro das Termas.

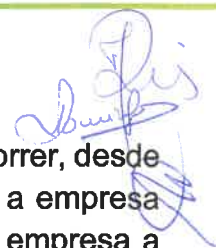
Em resposta ao deputado Diogo Castro o Presidente da Câmara referiu que efetivamente a prova de Grandfondo foi um sucesso com um aumento muito significativo de participação e as referências feitas por quem participou na prova foram amplamente positivas. Em relação a alguns constrangimentos de trânsito que existiram, “não há bela sem senão”, mas tais constrangimentos acabaram por ser superados. Referiu também a vinda da seleção nacional de futebol de sub-19 afirmando que, quer a seleção portuguesa quer a seleção suíça ficaram encantadas com a qualidade das condições encontradas e da receção proporcionada.



Afirmou também que quando alguém diz que seria ideal ter um Grandfondo todos os meses, para assim atrair mais gente a Melgaço, é preciso recordar que todos os meses tem havido eventos, na área da economia ou do desporto, que atraem visitantes e que tem alavancado o destino Melgaço. Isso tem feito com que Melgaço todos os anos cresça ao nível do turismo. O INE já publicou os dados referentes a 2018, onde se constata que entre 2014 e 2018 o “destino Melgaço” duplicou. Não há nenhum outro município que esteja a fazer uma aposta sustentada como a que está a ser feita no nosso município. Todos os anos Melgaço tem crescido em relação ao turismo.

Relativamente à intervenção do deputado Manuel Fernandes, relativamente à segurança rodoviária referiu que todos os anos se tem procurado melhorar a rede viária. Infelizmente acontecem acidentes, que não devem ser utilizados para colocar em causa a segurança da rede viária.

Relativamente aos transportes públicos, é uma história que já passou pela assembleia municipal, sendo lamentável aquilo que está a acontecer. A empresa AVIC há décadas que opera no nosso território, onde sempre encontrou espaço para operar. Agora, num período de transição do paradigma de transportes públicos, é lamentável que a empresa venha fazer “chantagem” com os municípios. Vai brevemente ser lançado um concurso para os transportes intermunicipais, para que possa haver uma nova estrutura de transportes públicos em todo o distrito e nesse período, esta empresa, tem este comportamento inadmissível. O ano passado a empresa veio à Câmara e, por escrito, disse que para garantir as carreiras públicas exigia um valor para as carreiras municipais e outro para as carreiras intermunicipais. Tudo somado ultrapassava os 100 mil euros. Exigia este valor para continuar a prestar o mesmo serviço que fazia há anos. Nós dissemos que não. Em janeiro ou fevereiro negociámos sim uma compensação razoável para que se mantivessem as carreiras municipais até ao final do período do ano letivo. Esse valor, perto de 25 mil euros veio a esta assembleia municipal. Fechada essa compensação dissemos à empresa que a partir de agora não aderíamos. Como a empresa não mais colocou em execução as carreiras públicas, achamos por bem fazer o concurso dos circuitos especiais para a totalidade dos alunos do concelho. Lamentámos a atitude da empresa, e já pedi aos serviços para iniciarem a elaboração das peças de procedimento para arranjar uma solução intermédia até que o concurso intermunicipal esteja resolvido, para solucionar o problema da nossa população. Afirmou lamentar profundamente a afirmação do deputado relativamente a Melgaço passar a ser uma freguesia de Monção, considerando que a mesma revela pouca auto estima e uma falta de respeito pela população e por aquilo que é a nossa história e pelo trabalho de toda a população ao longo dos séculos tem desenvolvido. É uma falta de respeito total. O município tem um caminho, tem uma história, que não começou ontem nem vai acabar amanhã. As apostas para o desenvolvimento do concelho têm sido fundamentais, a nova Zona Empresarial é um bom exemplo, o setor do turismo está em crescimento, o ensino superior, através da ESDL é uma realidade. Os exemplos são muitos.



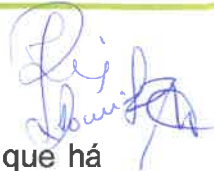
Em relação à obra da Rua da Fonte da Vila a mesma não está a decorrer, desde o início, como desejável. Houve um primeiro concurso, correu mal para a empresa vencedora, tivemos que resolver o assunto, resolvemos, já temos outra empresa a trabalhar. A obra não tem tido a celeridade desejada e com certeza que haverá consequências relativamente aos atrasos. A obra está a ser feita. Claro que traz incómodos para toda a gente, mas isso faz parte da mesma, no entanto, é uma obra essencial para a vila. Mas se esta obra está atrasada outras estão já a ser terminadas, como a obra da Quinta dos Frades, como as obras na área do Ciclo Urbano da Água, como a requalificação de aldeias e lugares de Castro Laboreiro, etc.

Em resposta à deputada Manuela Lobato, referiu que, relativamente à Zona Industrial de Penso a deputada não terá uma leitura correta. Referiu ter fechado uma empresa, mas isso acontece em todo lado. Umas abrem e infelizmente outras fecham. Mas há bons exemplos na Zona Industrial de Penso, por exemplo a Aflex, que comprou agora mais um pavilhão de uma empresa que ali estava e que fechara. Essa empresa começou com 40 funcionários e agora já ultrapassa os 100. Uma empresa que nos coloca, a nível de distrito, como o município que mais exporta na área da borracha. Outra empresa, também em crescimento na Zona Industrial é a Granitos Monteagudo. A Zona Industrial está neste momento toda tomada. Em relação à intervenção sobre os caixotes do lixo temos procurado reforçar o serviço prestado, principalmente nos meses de Verão, mas tal não tem sido fácil. É fundamental o cuidado ambiental dos munícipes. Rebateu uma afirmação feita pela deputada relativamente à limpeza dos caixotes do lixo, afirmando que não tem dúvidas que a limpeza dos caixotes do lixo é feita, com acerto e em devidas condições 3 vezes ao ano, não podendo aceitar que alguém diga que se coloca o respetivo autocolante sem realizar a limpeza. A limpeza acontece, pode nem sempre acontecer é o devido civismo das pessoas que utilizam os caixotes do lixo.

Em resposta ao deputado Jorge Ribeiro, afirmou não haver problema algum na publicação, no respetivo portal de todos os documentos, já que os contratos são transparentes. Se alguma coisa não está a ser publicada corretamente irá ser feita a sua retificação.

De seguida respondeu às questões levantadas pelo deputado José Albano Domingues. Afirmou concordar com o deputado relativamente à realização de muitos e variados eventos ao longo do ano e que, por vezes, podem causar alguns constrangimentos, nomeadamente a nível do trânsito. Tentaremos sempre evitar essas situações. Relativamente ao arranque do ano letivo, foi lançado o concurso dos transportes escolares com a observância dos respetivos critérios, e os mesmos começaram a funcionar no 1º dia de aulas, sendo fiscalizados para observar eventuais irregularidades.

De acordo com a lei, fizemos também um concurso público para assistentes operacionais. Gostaríamos que as pessoas que ao longo de vários anos já faziam esse trabalho se tivessem mantido, mas infelizmente, algumas não tiveram resultados positivos nesse concurso.



Voltou a usar da palavra o deputado Manuel Fernandes para afirmar que há mais de dois anos que não se coloca nenhum rail no concelho. Em relação às carreiras públicas afirmou que a empresa AVIC, sem o transporte dos alunos tem prejuízos enormes. Quanto à Rua Fonte da Vila, nem nos próximos três anos estará concluída. Finalmente referiu que a Zona Industrial existe há mais de vinte anos e nunca foi ocupada na totalidade.

Interveio de seguida o deputado Manuel Luís Gonçalves para se referir à intervenção do deputado Jorge Ribeiro dizendo que lhe parece que estão a ser confundidos 2 conceitos diferentes, uma coisa é a publicidade dos contratos, outra coisa são os elementos que integram um contrato administrativo.

Interveio de seguida o deputado Maximiano Gonçalves referindo que iria acrescentar mais alguns dados relativamente ao que vai acontecendo no concelho de Melgaço, pois em sua opinião, quem não conheça o concelho e ouça as intervenções de alguns deputados municipais acaba por sair deprimido da sessão. Começou por se referir à ESDL, salientando os diversos cursos ali existentes (licenciatura, pós-graduação, mestrado) bem como o elevado número de alunos que frequentam os mesmos. Fez depois referência elogiosa à iniciativa privada que tem trabalhado para o desenvolvimento de Melgaço, nos mais diversos sectores, e, principalmente, através de gente nova: o setor do Alvarinho, do alojamento e da restauração. Gente que apostou na sua terra, que muito trabalha para por de pé os seus negócios e gente que tem superado as suas dificuldades sem vir à Câmara procurar subsídios como fazem as ditas grandes empresas. Referiu ainda, dando como exemplo do desenvolvimento que vai acontecendo no concelho, o que se está a passar na Branda da Aveleira e que tem sido difundido amplamente pelos órgãos de comunicação social, dando um exemplo ao país do muito que se pode fazer, quando se aproveitam devidamente os investimentos feitos pelo setor público. Terminou a intervenção afirmando que Melgaço é uma terra de oportunidades, sendo apenas preciso que continuem os investimentos das entidades públicas (governo, câmara, fundos comunitários) para que depois os melgacenses possam continuar a desenvolver o concelho.

Interveio depois o deputado José Albano Domingues referindo que “Sem nos pretendermos, obviamente, imiscuir no trabalho que é o da Mesa da A.M. não podemos deixar de registar que as intervenções de 6 ou 7 deputados no período de antes da ordem do dia se prolongaram por não mais do que 20 ou 25 minutos, vindo a deparar-nos, depois, com o senhor P.C. a responder, não só a questões que lhe foram levantadas, mas a falar, também, de outros assuntos que nada tem a ver, durante praticamente numa hora. Se existe a necessidade, e o desejo, de controlo dos tempos, e de celeridade nos trabalhos, as chamadas de atenção não poderão ser dirigidas apenas aos deputados municipais, antes tendo de ser transversal e incluir o máximo responsável do executivo.

Continuou a intervenção afirmando: “É, também, essencial que os deputados municipais que pretendam intervir se inscrevam no período de antes da ordem do dia, podendo exercer, mais tarde, o direito de réplica, mas já não sendo normal, nem regulamentar, que não o façam e venham, mais tarde, inclusive já depois da



intervenção do P.C., pedir a palavra, como o fez o deputado Maximiano Gonçalves, apenas para aditar, acrescentar, ou redefinir, aquilo que o senhor P.C. não disse ou ficou por dizer. É uma função que, absolutamente, regimentalmente lhes não cabe.

Vemos, também com preocupação, a postura usada pelo senhor P.C., em resposta às intervenções de alguns deputados, alteando por vezes a voz, batendo na mesa, e dizendo que é mentira, e que não admite, aquilo que esses deputados afirmam. A Assembleia Municipal existe para os seus membros exporem as suas preocupações e pontos de vista, de uma forma livre, não tendo de estar sujeitos à censura nem ao silêncio. Não tendo, absolutamente, da parte do senhor Presidente da Câmara, a postura e tom de voz corretos e desejáveis, e em nada contribuindo para a elevação que se pretende na discussão dos temas e no debate, pergunta-se, também, ao senhor Presidente como pode pôr em causa o que afirmam, por exemplo, os deputados Manuel Fernandes ou Manuela Lobato, ao chamarem a atenção para a falta de *rails* nas estradas ou da lavagem e higienização nos contentores do lixo se é um facto que o senhor Presidente da Câmara não consegue acompanhar, no terreno, 365 dias por ano, as ações de todos os colaboradores da Câmara.

- Quanto à situação em que se encontra o concelho, seguramente que Melgaço não será o pior dos mundos, mas também, temos que o admitir, de uma forma séria, não é definitivamente o melhor. Quem, de facto, vive nesta terra, e nela permanece durante sete dias por semana, sabe bem qual a situação em que nos encontramos.

- Referiu o senhor Presidente da Câmara, no que concerne ao concurso para os transportes terrestres dos alunos, que a adjudicação foi feita em respeito pelos critérios do concurso. E perguntámos nós se, sendo o fim ou desiderato final a atingir, o da consecução do preço mais baixo, ou da proposta economicamente mais vantajosa, porque não adequar, adaptar, formatar, as regras do concurso e tais critérios em ordem a que a adjudicação se possa fazer, de facto, a final, por esse preço mais baixo.

- Finalmente, quanto ao que afirmou o senhor deputado Manuel Luís Gonçalves, no sentido de que há que estabelecer uma dicotomia ou diferenciação entre o que são os contratos celebrados pelo Município e a publicitação que tem de lhes ser dada, realçar que tem que se ter cuidado com aquilo que se diz, muitas vezes de forma impensada, ou em cima do joelho, e particularmente para quem tem formação jurídica, para não se dizer o que não se deve. Efetivamente, o que a lei pretende, ao obrigar a publicar os contratos na plataforma "base.gov.pt", é dar publicitação aos mesmos, para que qualquer cidadão, qualquer administrado, possa ter acesso aos contratos e acompanhar o respetivo teor ou conteúdo. A publicitação do contrato tem, pois, de ser no seu todo, e se um contrato remete para um anexo, ou para um caderno de encargos, que dele (contrato) fazem parte integrante, dúvidas não podem subsistir de que esse anexo, ou esse caderno de encargos, também tem de ser publicitados na dita plataforma. Se assim não fosse, pergunta-se como poderia qualquer um de nós verificar, ou controlar, ter conhecimento, de qual o conteúdo de um qualquer contrato nas situações em que, por exemplo, fosse publicado um contrato (sem o anexo) que, para além da identificação das partes outorgantes, apresenta uma cláusula única que



diga o seguinte: “Este contrato rege-se pelo clausulado que consta no caderno de encargos anexo e que deste contrato fica a fazer parte integrante”.

De seguida interveio o deputado Jorge Ribeiro para referir que com a sua anterior intervenção apenas procurara alertar para uma situação existente, pelo que achava desnecessária a intervenção do deputado Manuel Luís Gonçalves.

Interveio de seguida o deputado Francisco Reis Lima para referir a necessidade da brevidade das intervenções. De acordo com o regimento este ponto da ordem de trabalhos deveria ser de uma hora. Neste momento já decorreu uma hora e quarenta e cinco minutos, o que o leva a sugerir que a Presidente da Assembleia deve chamar a atenção quando as intervenções começam a divergir das questões relevantes. Deu como exemplo a intervenção do deputado Maximiano Gonçalves que lhe pareceu algo esdrúxula, já que apenas procurou reforçar aquilo que o Presidente já tinha dito, o que é algo estranho numa intervenção, parecendo que o deputado, desta vez estará a revelar a ambição de ser Presidente da Câmara.

Em resposta ao deputado, o deputado Maximiano Gonçalves interveio para referir que qualquer deputado deve e pode fazer com total liberdade as suas intervenções no “período antes da ordem do dia”, sobre temas e assuntos da vida do concelho. Afirmou depois que o deputado Reis Lima e a restante assembleia podem ficar descansados porque nunca ambicionou nem ambiciona ser Presidente de Câmara, mas não descarta, o vir a ser Presidente da Junta da Freguesia de Melgaço quando, segundo a profecia de alguns, passarmos a ser freguesia de Monção.

O Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer ao deputado José Albano Domingues que não será ele a fiscalizar a limpeza dos contentores, no entanto não admite que se ponha em causa o serviço efetuado. Se por ventura acontecer alguma exceção no serviço realizado deverá ser feita a respetiva reclamação.

Em relação à empresa que fechou portas na Zona Industrial informou que a mesma não falou com a Câmara Municipal, não vendo que a autarquia pudesse fazer alguma coisa em relação ao mesmo assunto.

Relativamente ao tom usado na sua intervenção e referido pelo deputado, não acha que tal tenha sentido, já que nunca teve qualquer falta de seriedade ou de respeito para com a Assembleia, nas respostas dadas às diversas questões colocadas.

Assunto nº 108	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;
-----------------------	--

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente achou que não deveria acrescentar mais nada.



Assunto nº 109	Resposta da Agência Portuguesa do Ambiente à moção de repúdio e oposição à atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais em Melgaço;
-----------------------	--

A Presidente da Assembleia lembrou os presentes que na sessão ordinária de 30 de abril de 2019, a assembleia municipal aprovou por unanimidade uma moção de repúdio e oposição à atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais em Melgaço, na mesma moção ficou deliberado, que seria enviada a inúmeras entidades envolvidas e uma delas é a Agência Portuguesa do Ambiente, a qual nos enviou a sua resposta e à qual todos os deputados tiveram acesso. De seguida a Presidente da Assembleia questionou os presentes se desejariam intervir sobre o assunto. Não havendo intervenções passou-se ao ponto 110.

Assunto nº 110	Informação ao órgão deliberativo da alteração aos circuitos de transporte escolar da Freguesia de S. Paio;
-----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O mesmo não achou necessário acrescentar mais à informação enviada aos deputados.

De seguida a Presidente da Assembleia questionou os presentes se queriam intervir e não havendo intervenções o ponto foi dado por concluído.

Assunto nº 111	Informação sobre a taxa de execução orçamental da receita inferior a 85%.
-----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fizesse a introdução ao assunto. O Presidente informou que é função da DGAL acompanhar as autarquias e as contas das mesmas e no exercício da sua função, alertar as autarquias para a necessidade do cumprimento deste critério, que é: não poder haver três exercícios consecutivos em que num deles não haja uma realização igual ou superior a 85% da receita. Tivemos um exercício em 2017 com uma realização de 61.9, em 2018 uma realização de 74.95, portanto o que a DGAL alerta é que estamos este ano obrigados a ter uma realização orçamental, do ponto de vista da receita cobrada não inferior a 85%. Estamos a acautelar para que assim seja.

De seguida a Presidente da Assembleia questionou os presentes se queriam intervir e não havendo intervenções o ponto foi dado por terminado.



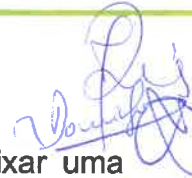
Assunto nº 112	Análise e deliberação da proposta de Plano de Urbanização da Zona Empresarial de Alvaredo;
-----------------------	---

A Presidente da Assembleia informou os presentes que, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 26 de junho, foi aberto o período de discussão pública à proposta do Plano de Urbanização da Zona Empresarial de Alvaredo.

De seguida, solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse o enquadramento do Plano e que explicasse o assunto. O Presidente pediu autorização para que a Chefe de Divisão, a arquiteta Patrícia Cunha, fizesse a apresentação do Plano.

Após a apresentação do Plano de Urbanização da Zona Empresarial de Alvaredo, a Presidente abriu período de inscrição para o assunto, tendo iniciado as intervenções o deputado Jorge Ribeiro, que começou por questionar acerca dos prazos de 7 anos para executar a segunda fase e de 10 anos para executar a terceira; sobre o financiamento se este vai englobar a totalidade do projeto, a candidatura que se vai fazer, ou se é para a primeira fase e as seguintes teremos que esperar? Por fim, referiu que viu um edital que saiu no dia 25 sobre a abertura de uma nova discussão pública relativamente ao loteamento da Zona Empresarial de Alvaredo. Questionou se é um procedimento que também terá que estar concluído para submeter a candidatura. Referiu que o Presidente tinha referido que a candidatura seria submetida até final deste mês ou quererá dizer mês seguinte, uma vez que foi prorrogado até dia 25 de outubro. Quando viu o edital publicado fala em 8 dias de publicitação e mais 15 da discussão pública, o que o levou a pensar que depois também terá que ter um tratamento dos condóminos e de uma aprovação pelo executivo e pela assembleia. Finalmente questionou quais são os passos a seguir e se os prazos a que se referiu são dias contínuos ou dias úteis.

De seguida usou da palavra o deputado José Albano Domingues que começou por agradecer a explanação feita pela arquiteta Patrícia Cunha. Referiu que lhes apraz registar um pormenor que foi relevado que é a questão de espaços ficarem sem medição, em termos de áreas parcelares, o que permitirá depois adequar a procura que houver à implantação de legados industriais para a atividade ou de serviços. É positivo e leva-nos a pensar que seria sempre desejável que houvesse uma multiplicidade de áreas, de atividade numa zona industrial. Voltando à de Penso o crescimento de algumas unidades, em detrimento desta multiplicidade, pode levar a consequências gravosas dando o exemplo da Altena. A questão que coloca é que a capacidade de atração do investimento por parte do município não pode desligar de dois fatores: celeridade nos timings e agilização dos procedimentos. Isto porque presume que haja definição prévia dos critérios para definição para a implantação dos concretos lotes, colocação, implantação e áreas, porque se essa definição prévia não acontecer, é um novo procedimento que tem que ser lançado depois de haver um investidor para aquele espaço em concreto, o que poderá levar a demoras que possam afastar eventuais interessados.



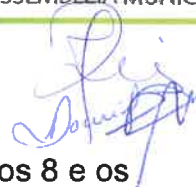
Seguidamente usou da palavra o deputado Diogo Castro para deixar uma mensagem de agradecimento pelo modo como o processo foi conduzido, apresentado e discutido com a população de Alvaredo. Desde o início que conversou com o Presidente da Câmara e pediu-lhe que todo o processo fosse apresentado na freguesia de Alvaredo com total transparência. Reforçou o agradecimento da sua parte e em nome da população de Alvaredo.

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por responder à intervenção do deputado Jorge Ribeiro dizendo que as duas primeiras questões colocadas estavam respondidas, passando de seguida a responder em relação à discussão pública do projeto da 1ª fase, dizendo que temos oportunidade de fazer o carregamento da candidatura até dia 26 de outubro, o que não significa que não estivéssemos preparados para carregar a candidatura no momento que estava inicialmente previsto, que é este final de setembro, mas isto trouxe-nos alguma folga que nos permite fazer discussão pública do projeto. Está devidamente acautelado para que possa ser terminado a tempo útil, aprovada pelo executivo, não precisando passar pela assembleia municipal, sendo que o próprio tem competências em caso de urgência para fazer essa agilização, aprovar e levar a ratificação caso seja necessário à Câmara. O calendário está bem acautelado para que possamos fazer o preenchimento da candidatura no tempo útil. Dirigiu-se ao deputado dizendo que poderá agora colocar a questão: “mas então se não houvesse o prolongamento o que teria acontecido?” havia entendimento entre nós e a CCRN de que poderíamos não fazer a discussão pública, mas como temos esta margem de tempo achámos que não deveríamos correr esse risco e então avançamos.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues quanto à questão da agilização e da variedade das empresas para não correremos riscos de termos apenas uma área que possa num dado momento estar mais frágil, dependendo das questões macroeconómicas. Salientou que nunca um país está livre dessas oscilações. Queremos que haja essa variedade de empresas, estamos neste momento a corrigir uma série de intenções de empresas que poderão investir nesta nova zona empresarial, focando muito a questão do agroindustrial, mas procurando focar naquilo que serão empresas com uma componente de cuidado pelo ambiente. Esperemos variar este investimento. Agilização sim, a intenção foi essa desde o início e o projeto todo foi desenvolvido com essa vontade. Com a vontade que haja facilidade em redesenhar lotes com a flexibilidade para que o lote possa ter os metros quadrados necessários para que a empresa que pretenda colocar-se, se instale rapidamente no terreno.

Seguidamente agradeceu ao deputado Diogo Castro a sua intervenção, realçando a vontade que o Presidente da Junta tinha de informar a população pelo que foi feito com transparência, com diálogo e proximidade com a população sobre o desenvolvimento do Plano. As grandes questões foram logo colocadas na primeira reunião, o que nos levou a fazer logo um ajustamento.

Voltou a solicitar da palavra o deputado Jorge Ribeiro para informar que não iria participar na votação, uma vez que a sua família tem terrenos nessa zona,



entretanto referiu que o presidente não lhe respondeu quanto à questão se os 8 e os 15 dias são úteis ou consecutivos porque no edital não refere.

Em resposta ao deputado Jorge Ribeiro, o Presidente da Câmara pediu à arquiteta Patrícia Cunha que respondesse. A arquiteta respondeu que os 8 dias são seguidos. No período de discussão pública, como os documentos têm que estar disponíveis ao público, são contabilizados dias úteis.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com uma abstenção do deputado Manuel Fernandes.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº113	Adjudicação da contratação de auditor externo para certificação de contas do ano económico de 2019;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia começou por referir que de acordo com a Lei 73/2013 de 2 de setembro, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. De seguida deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto.

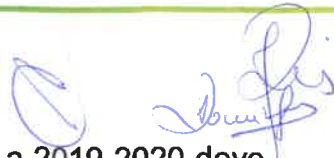
O presidente da Câmara informou que não iria acrescentar mais nada à informação enviada.

E não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço"**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº114	Análise e deliberação da proposta de transferência de competências para o Município 2019/2020;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. Este começou por dizer que surgiram três novos diplomas: Decreto-lei 58/2019 com a transferência de competências nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores; Decreto-lei 72/2019 que define as transferências de competências no domínio das áreas portuárias marítimas e das áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; Decreto-Lei 116/2019 que define o modelo de co-gestão das áreas protegidas.



Considera o executivo que nos três diplomas e em relação a 2019-2020 deve dizer não à transferência dessas mesmas competências e relativamente ao terceiro diploma das áreas protegidas, o entendimento é mais ou menos consensual entre os cinco municípios que fazem parte do Parque Nacional da Peneda - Gerês, tendo um compromisso que no próximo ano procurarão fazer uma exposição entre todos no ICN, no sentido de preparar esta competência que acham importante para o ano 2021 e seguintes, do ponto de vista da gestão da área protegida do Parque Nacional Peneda-Gêres. Neste momento consideramos não fazer a aceitação da competência.

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues para dizer que, concordam com os fundamentos aludidos para a, não aceitação destas matérias, até porque o primeiro e segundo não se aplicam a Melgaço, dizendo que o sentido de voto do seu grupo relativamente à parte da não aceitação de competências, quer seja para o município quer para a junta de freguesia de Paderne, tem a ver com o facto de serem elencadas uma série delas que não concordam que sejam aceites e não concordam que não sejam aceites outras e daí o sentido de voto irá ser a abstenção.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço**”

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº115	Análise e deliberação da proposta de transferência de competências para o Município 2020;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O Presidente começou por dizer que é todo um conjunto de diplomas que vão sendo aprovados e que nós não aceitamos para 2019 e não aceitando também fazer para 2020.

Não havendo intervenções a Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço**”.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



Assunto nº116	Análise e deliberação das propostas de não aceitação da transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesia de Paderne;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma nota introdutória ao assunto. O Presidente deu nota que o procedimento foi o que se fez para as outras Juntas de Freguesia, tendo Paderne agora as condições para fazer isso.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço**".

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº117	Análise e deliberação das propostas de aceitação da transferência de competências do Município para a Junta de Freguesia de Paderne;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O Presidente considerou pertinente não acrescentar mais à informação enviada.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 1 abstenção do deputado Manuel Fernandes.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº118	Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal da Festa do Espumante;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O Presidente não quis intervir.

Solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues para dizer que concordam com a globalidade do regulamento, tendo uma sugestão a apresentar relativamente ao artigo 4, onde estão previstas as várias competências sejam da Câmara, do Presidente da Câmara ou da equipa técnica. No número 1 alínea b) diz que competirá ou caberá ao Presidente da Câmara designadamente autorizar e/ou indeferir a cedência ou permuta dos espaços, venda de produtos serviços diferentes dos referidos na inscrição; autorizar a exposição de produtos/serviços fora dos



espaços atribuídos... a proposta seria no sentido, da alínea c) que menciona quais são competências /incumbências da equipa técnica, o que no seu parecer seria uma tomada de decisão mais pensada e mais avalizada. Se o Presidente decidisse que antes de tomar uma decisão, devesse consultar a equipa técnica, porque no fundo a equipa técnica é composta por elementos vocacionados para tratar destas matérias em campos ou assuntos específicos e delicados como é o caso dos produtos a expor ou a localização.

Seguidamente o Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, que é uma sugestão que não lhe parece de todo relevante, a equipa técnica que tantas vezes é elogiada pelos deputados, é uma equipa competente para ter a capacidade de análise que é considerada no regulamento.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 1 abstenção do deputado Manuel Fernandes.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº119	Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal de Organização e Exploração do Edifício do Mercado Municipal;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente informou que era importante fazer o ajustamento no regulamento do Mercado Municipal. Há um conjunto de espaços vazios e a alteração irá permitir agilizar a ocupação com serviços mais públicos e investimentos privados.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues, para sugerir que, numa próxima revisão de regulamentos, as alterações que constam no documento enviado e que apenas têm o que está a ser alterado, com menção do que está a ser revogado, aparecendo vários pontos que têm tracejado, nos leva à conclusão de que esses itens se mantêm. Para suplantar essa confusão, deveria juntar-se o regulamento que está em vigor e as alterações que estamos a discutir ou então fazer a junção que já está pressuposta no artº3 da publicação.

Voltou a usar da palavra o Presidente da Câmara para dizer que irão ter em conta os reparos feitos pelo deputado.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 1 abstenção do deputado Manuel Fernandes.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



Assunto nº120	Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia começou por referir que, no âmbito da transferência de competências no domínio da educação, prevê o Decreto Lei nº 214/2019, de 30 de janeiro, a constituição do Conselho Municipal de Educação. Um dos membros integrantes desse conselho é um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho.

De seguida, questionou se alguém queria intervir neste ponto, tendo solicitado do uso da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves para informar que o Grupo Parlamentar do PS, iria apresentar a proposta no sentido de ser eleito para integrar este Conselho Municipal de Educação, o Presidente da Junta de Freguesias, professor José Luís Douteiro, e caso se tratar da única proposta apresentada, propunha também que a votação, que deveria ser secreta, caso não haja oposição dos colegas da oposição e do próprio visado, fosse de braço no ar. Ficou, posteriormente, de apresentar a proposta por escrito.

Seguidamente a Presidente da Assembleia questionou os deputados da oposição se aceitavam a proposta de votação apresentada.

O deputado José Albano Domingues informou que o seu grupo não se opunha à proposta apresentada.

Seguidamente o deputado Jorge Ribeiro quis fazer uma chamada de atenção, com a estima que tem pelo Presidente de Junta José Luís Douteiro, que lhe permite fazer a intervenção. Sempre esteve envolvido em Conselhos Municipais de Educação quando os seus filhos estavam a estudar, e percebe a lógica que preside à constituição do órgão. Não lhe parecendo que eleger mais um professor para esta representação, seja uma mais-valia, pecando por não acautelar a diversidade do voto.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.**

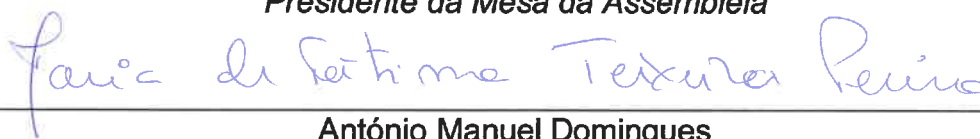
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº121	Intervenção do Público;
----------------------	--------------------------------

A Presidente da Assembleia questionou se, alguém do público queria colocar alguma questão, não tendo havido nenhuma intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 12h50minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira
Presidente da Mesa da Assembleia



António Manuel Domingues
1º Secretário da Mesa da Assembleia



Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
2ºsecretária da Mesa da Assembleia

